



**Demonstrações contábeis individuais  
e consolidadas em 31 de dezembro de 2021  
e relatório do auditor independente**

**BAHIA MINERAÇÃO S.A. E SUA CONTROLADA**

A solid orange shape in the bottom right corner of the page, consisting of a curved top edge and a diagonal bottom edge.

# Índice

<b>Relatório da administração</b> .....	<b>3</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis</b> .....	<b>6</b>
<b>Balancos patrimoniais</b> .....	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b> .....	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b> .....	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos (passivos a descoberto)</b> .....	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b> .....	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b> .....	<b>16</b>
<b>Composição da diretoria e gerência financeira</b> .....	<b>50</b>

# Relatório da administração

31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

## Contexto

A Bahia Mineração S.A. e sua controlada (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de julho de 2005, e tem como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1752, 15º andar, Pituba, Salvador – Bahia – Brasil.

Atualmente, a BAMIN tem como principal foco o desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro (“PdF”), que consiste na extração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro da jazida localizada na cidade de Caetité, na

região centro-sul do Estado da Bahia, distante aproximadamente 700 km de Salvador, capital do Estado. O minério de ferro extraído será beneficiado na planta da Companhia, que será instalada na mesma região da mina. Após o beneficiamento e enriquecimento do teor do minério, a produção será escoada pela Ferrovia de Integração Oeste Leste até o terminal portuário da BAMIN (“Porto Sul”), de onde a produção será exportada.

Em 2021, a BAMIN sagrou-se vencedora do leilão do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, cujo objeto é a subconcessão para conclusão da construção e operação da ferrovia pelo prazo contratual de 35 (trinta e cinco) anos. O trecho de 537 km em questão servirá como uma ligação de alta capacidade e baixo custo entre a Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), em Caetité, e o terminal portuário no Porto Sul.

O terminal portuário da BAMIN, Porto Sul, será construído no município de Ilhéus, na região sul do Estado da Bahia, e será utilizado para embarcar a produção de minério em navios que farão a distribuição para os futuros clientes. As obras relacionadas ao Porto Sul iniciaram em 2020 e se estenderão até 2026.

Ainda em 2021, a Companhia iniciou a fase de desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro com uma produção de até 1 milhão de toneladas de minério por ano, tendo como objetivo a evolução da escala do processo produtivo até a capacidade plena da Mina PdF, assim como, a apresentação do produto da Companhia para um mercado ativo de commodities de minério de ferro. Ou seja, apresentar um minério de ferro com alta qualidade e produzido sobre as melhores práticas de sustentabilidade. Os estudos mais recentes demonstram que o projeto terá uma capacidade de produção de 26 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e 20 anos de operação estimada. O início da produção em capacidade plena está previsto para o final de 2026.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 prejuízo acumulado, controladora e consolidado, no montante de R\$ 1.681.341 (2020 – R\$ 1.461.874, na controladora) e apresentou capital circulante líquido, controladora e consolidado, no valor negativo de R\$ 27.727 e positivo de R\$ 217.669, respectivamente, (2020 – negativo em R\$ 43.959, na controladora). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG S.á r.l (“Grupo ERG”), através do acionista controlador Bahia Minerals B.V. (“BM BV”), para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades e projetos.

## **Capital social**

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentos e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 10.955 e restando o valor de R\$ 640 a integralizar.

## **Continuidade operacional**

Apesar dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19 ao longo de 2021, a Companhia e sua controlada adotaram medidas em conformidade com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde com o intuito de preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais, como o (a) trabalho remoto para as áreas administrativas, (b) implementação do horário flexível para as áreas não paralisadas ao longo do período, (c) higienização rigorosa dos locais e postos de trabalho, (d) distribuição de equipamentos de proteção individual, (e) testagem periódica de todos os colaboradores e terceirizados e (f) medição de temperatura corporal, dentre outros. A Companhia e sua controlada avaliam que não houve impactos e/ou eventos, relacionados à pandemia da COVID 19, que afetassem o momento da Companhia e sua controlada, bem como o seu futuro operacional.

A Administração da Companhia elaborou as suas demonstrações contábeis com base no pressuposto de continuidade das suas operações, contando com o suporte financeiro de seu acionista controlador como garantia da liquidez necessária para fazer frente às obrigações contratuais adquiridas. A ocorrência desses eventos em sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamento crítico pela Administração da Companhia.

## Responsabilidade da administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia (“demonstrações contábeis”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado das operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

## Diretores

Os diretores em exercício durante o ano de 2021 e até à data de assinatura das demonstrações contábeis de 2021 encontram-se a seguir indicados.

Eduardo Ledsham  
**Diretor Presidente**

Alexandre Aigner  
**Diretor**

Alberto Vieira  
**Diretor**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Bahia Mineração S.A.**  
Salvador - Bahia

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahia Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 29 de julho de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP 015.199/O-6

  
Daniel de Araujo Peixoto  
Contador CRC-1BA025.348/O-9



# Balanços patrimoniais

31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2021	2020	2021
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes	5	16.319	5.313	273.289
Contas a receber	6	15.295	2.385	15.295
Adiantamentos	7	7.481	391	7.481
Tributos a recuperar	8	7.930	241	7.930
Estoques	9	25.843	2.256	25.843
Partes relacionadas	18	12.192	-	4.895
Outros ativos	10	1.084	719	3.551
		86.144	11.305	338.284
<b>Não circulante</b>				
Realizável a longo prazo				
Estoques	9	47.344	19.569	47.344
Partes relacionadas	18	21.667	22.884	21.667
Tributos a recuperar	8	320	1.057	710
Outros ativos	10	354	361	354
		69.685	43.871	70.075
Investimento em controlada	11	279.259	-	-
Imobilizado	12	1.372.115	1.209.197	1.372.858
Intangível	13	18.982	18.592	18.982
Direito de uso	14	-	-	32.730
		1.670.356	1.227.789	1.424.570
<b>Total do ativo</b>		<b>1.826.185</b>	<b>1.282.965</b>	<b>1.832.929</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	15	62.474	25.982	67.440
Obrigações fiscais e sociais	16	24.574	12.086	26.352

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 DE DEZEMBRO  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Obrigações com clientes	17	13.906	-	13.906
Compromissos socioambientais	18	12.746	17.135	12.746
Outros passivos		171	61	171
		<b>113.871</b>	<b>55.264</b>	<b>120.615</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos	19	2.261.321	1.792.442	2.261.321
Compromissos socioambientais	18	12.653	14.632	12.653
Recuperação ambiental	20	78.106	19.196	78.106
Provisões para contingências	21	9.478	17.729	9.478
Outros passivos		325	306	325
		<b>2.361.883</b>	<b>1.844.305</b>	<b>2.361.883</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.475.754</b>	<b>1.899.569</b>	<b>2.482.498</b>
<b>Passivo a descoberto</b>				
Capital social	22 (a)	10.955	10.955	10.955
Contribuição ao capital	22 (b)	1.020.817	834.315	1.020.817
Prejuízos acumulados		(1.681.341)	(1.461.874)	(1.681.341)
		<b>(649.569)</b>	<b>(616.604)</b>	<b>(649.569)</b>
<b>Total do passivo e passivo a descoberto</b>		<b>1.826.185</b>	<b>1.282.965</b>	<b>1.832.929</b>

# Demonstrações dos resultados

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2021	2020	2021
<b>Receitas</b>	23	<b>359.626</b>	13.975	<b>359.626</b>
Custo dos produtos vendidos	24	<b>(117.271)</b>	(12.481)	<b>(117.271)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>242.355</b>	<b>1.494</b>	<b>242.355</b>
Despesas com distribuição	25	<b>(242.355)</b>	(1.494)	<b>(242.355)</b>
Despesas gerais e administrativas	26	<b>(99.019)</b>	(16.397)	<b>(125.247)</b>
Outras receitas, líquidas	27	<b>7.996</b>	4.485	<b>7.995</b>
Equivalência patrimonial	11	<b>(20.029)</b>	-	-
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>		<b>(111.052)</b>	<b>(11.912)</b>	<b>(117.252)</b>
Receitas financeiras		<b>168.399</b>	149.560	<b>174.608</b>
Despesas financeiras		<b>(276.814)</b>	(412.503)	<b>(276.823)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	28	<b>(108.415)</b>	<b>(262.943)</b>	<b>(102.215)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(219.467)</b>	<b>(274.855)</b>	<b>(219.467)</b>
Tributos sobre o lucro		-	-	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(219.467)</b>	<b>(274.855)</b>	<b>(219.467)</b>

# Demonstrações dos resultados abrangentes

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	(219.467)	(274.855)	(219.467)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(219.467)</b>	<b>(274.855)</b>	<b>(219.467)</b>

# Demonstrações das mutações dos patrimônios líquidos (passivos a descoberto)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social para integralizar	Contribuições ao capital acumuladas	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>		11.595	(640)	803.644	(1.187.019)	<b>(372.420)</b>
Contribuição ao capital	22 (b)	-	-	30.671	-	30.671
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(274.855)	(274.855)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>		11.595	(640)	834.315	(1.461.874)	<b>(616.604)</b>
Contribuição ao capital	22 (b)	-	-	186.502	-	186.502
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(219.467)	(219.467)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>		11.595	(640)	1.020.817	(1.681.341)	<b>(649.569)</b>

# Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2021	2020	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo líquido do exercício		(219.467)	(274.855)	(219.467)
<b>Ajustes para reconciliação do prejuízo líquido do exercício</b>				
Depreciação e amortização		4.237	2.360	4.237
Provisões de contingências	27	(9.673)	(6.210)	(9.673)
Reversões de provisões de contingências	27	1.422	1.477	1.422
Recuperação de despesas gerais e administrativas		(415)	(1.438)	(415)
Equivalência patrimonial	11	20.029	-	-
Juros e variação cambial, líquido de capitalização	28	113.870	262.038	113.870
<b>Variações no capital circulante</b>				
Estoques	9	(49.026)	(1.854)	(49.026)
Contas a receber	6	(12.910)	(2.385)	(12.910)
Partes relacionadas	18	(9.413)	(4.844)	(2.116)
Tributos a recuperar	8	(6.912)	2.449	(7.302)
Outros		(7.295)	(285)	(9.761)
Fornecedores	15	36.493	16.084	41.459
Obrigações fiscais e sociais	16	12.488	3.524	14.266
Obrigações com clientes	17	13.906	-	13.906
Compromissos socioambientais	18	10.041	(6.843)	10.041
<b>Caixa líquido usado para atividades operacionais</b>		<b>(102.625)</b>	<b>(10.782)</b>	<b>(111.469)</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(EM MILHARES DE REAIS)

		Controladora		Consolidado
	Nota	2021	2020	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	12	(74.213)	(88.945)	(74.956)
Aquisição de intangível	13	(1.017)	(743)	(1.017)
Aquisição de controlada	11	(299.287)	-	-
Aquisição de direito de uso	14	-	-	(32.730)
<b>Caixa líquido usado para atividades de investimento</b>		<b>(374.517)</b>	<b>(89.688)</b>	<b>(108.703)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas	19 (b)	301.646	73.006	301.646
Contribuições ao capital de partes relacionadas	19 (b)	186.502	30.671	186.502
<b>Caixa líquido gerado das atividades de financiamento</b>		<b>488.148</b>	<b>103.677</b>	<b>488.148</b>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		11.006	3.207	267.976
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	5	5.313	2.106	5.313
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício</b>	5	<b>16.319</b>	<b>5.313</b>	<b>273.289</b>

# Notas explicativas às demonstrações contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(EM MILHARES DE REAIS)

## 1. Contexto Operacional

A Bahia Mineração S.A. (“BAMIN” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de julho de 2005, e têm como objeto social a exploração e o comércio de minérios em geral, em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, lavra e beneficiamento, prestação de serviços geológicos, importação, exportação e comércio de produtos minerais, químicos e industriais, assim como, através de sua controlada, a Bahia Ferrovias S.A. (“BAMIN Ferrovias”), explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (“FIOL”). A BAMIN pode também participar do capital de outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Professor Magalhães Neto, nº 1.752, 15º andar, Pituba, Salvador - Bahia - Brasil.

### *(a) Impactos do Covid-19 (Coronavírus)*

Apesar dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19 ao longo de 2021, a Companhia e sua controlada adotaram medidas em conformidade com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde com o intuito de preservar a saúde de seus colaboradores e garantir a prevenção do contágio em suas áreas administrativas e operacionais, como o (a) trabalho remoto para as áreas administrativas, (b) implementação do horário flexível para as áreas não paralisadas ao longo do período, (c) higienização rigorosa dos locais e postos de trabalho, (d) distribuição de equipamentos de proteção individual, (e) testagem periódica de todos os colaboradores e terceirizados e



(f) medição de temperatura corporal, dentre outros. A Companhia e sua controlada avaliam que não houve impactos e/ou eventos, relacionados à pandemia da COVID 19, que afetassem o momento da Companhia e sua controlada, bem como o seu futuro operacional.

*(b) Aprovação das demonstrações contábeis*

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 29 de julho de 2022.

## 2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir perdas ou ganhos com valor justo de alguns instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3.

Conforme descrito na nota 2.20, a Companhia passou a apresentar a partir destas demonstrações contábeis as despesas com distribuição em classificação específica na sua demonstração de resultado.

### 2.2 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da BAMIN e sua controlada em 31 de dezembro de 2021. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em sua contro-

lados são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A base de consolidação da BAMIN a partir de 19 de julho de 2021 inclui as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias S.A. (“BAMIN Ferrovias”), que é uma sociedade anônima, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a da construção e da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, com extensão de 537 km (“FIOL 1”), nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). A Companhia detém 100% do capital social da BAMIN Ferrovias.

### 2.3 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

#### *(a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021*

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e IASB a revisão das normas listadas abaixo, já vigentes no exercício de 2021. Tais pronunciamentos contábeis se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, e as alterações foram avaliadas pela Administração da Companhia, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

- CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos;
- CPC 11 / IFRS 4 – Contratos de Seguro;

- CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios;
- CPC 25 / IFRS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado;
- CPC 40 / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação; e
- CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

- CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e
- CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de seguros.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados.

### 2.4 Conversão em moeda estrangeira

#### *(a) Moeda funcional e moeda de apresentação*

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

*(b) Transações e saldos*

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado do exercício como “Outras receitas, líquidas”.

## 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 2.6 Ativos financeiros

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mensurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

*(a) Reconhecimento e desreconhecimento*

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação,

data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

*(b) Mensuração*

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

*(c) Impairment*

A Companhia tem os seguintes tipos de ativos financeiros sujeitos a perda esperada de crédito estabelecida pelo IFRS 9 / CPC 48:

- Caixa e equivalente de caixa;
- Contas a receber de clientes; e
- Empréstimos concedidos para partes relacionadas.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

## 2.7 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes apresentam os valores a receber pela venda de minério de ferro da Companhia e é reconhecido ao valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, utilizando uma matriz de provisão baseada nas perdas esperadas para todo o saldo de contas a receber. No entanto, a Companhia não apresenta histórico de perdas com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas e desta forma não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

## 2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre custo e o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel e incluem todos os custos incorridos no curso normal das operações para trazer os produtos até o local e condição atual.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de produção, extração, mão de obra direta, depreciação, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade da Companhia), excluindo os custos de empréstimos.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Uma vez que a Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, a formação de estoque tem como objetivo a evolução da escala do processo produtivo e a apresentação para um mercado ativo de *commodities* de minério de ferro, o produto gerado pela Companhia. Ou seja, apresentar um minério de ferro com alta qualidade e produzido sobre as melhores práticas de sustentabilidade.

Os estoques classificados no ativo circulante são aqueles que a Companhia espera comercializar até o final do exercício subsequente. Já os produtos mantidos no ativo não circulante são os produtos que a Companhia espera beneficiar e comercializador após a construção e instalação da usina de beneficiamento da Mina PdF. Os estudos mais recentes demonstram que o projeto terá o início da produção, em capacidade plena, previsto para o final de 2026.

## 2.9 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

## 2.10 Imobilizado

### (a) Reconhecimento e mensuração

Terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, veículos, computadores periféricos, móveis e utensílios e instalações (principalmente os escritórios) são demonstrados pelo custo histórico.

O custo histórico do ativo imobilizado inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, quando aplicável, também pode incluir os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, necessários à formação de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item sejam gerados

e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é registrado como despesa se os critérios de reconhecimento de imobilizado não são cumpridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em “despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

#### *(b) Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Edificações e instalações: de 10 a 60 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 30 anos; e

- Outros ativos: de 2 a 30 anos.

#### *(c) Direito de uso*

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

#### *(d) Ativos em construção*

Compreendem os ativos minerais, os gastos incorridos na fase de exploração e avaliação, bem como os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF em Caetité e do Porto Sul em Ilhéus, que subsequentemente serão reconhecidos no ativo pronto para uso quando a mina e o porto começarem a produzir e a operar de acordo com o propósito pretendido pela Administração da Companhia.

A Companhia capitaliza os gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul, esses gastos podem basicamente serem elencados como: prospecção, geologia, topografia, sondagem, salários e encargos, consultoria e assessórios, estudos técnicos e outros gastos acessórios.

Gastos relacionados ao desenvolvimento da escala produtiva da Companhia, através da abordagem margem líquida igual a zero, também formam o ativo em construção. Uma vez que as atividades da fase de desenvolvimento

da Companhia contribuem para desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

A capitalização dos gastos referentes ao desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul, inclui também os custos de empréstimos. Ou seja, os juros provenientes das operações de empréstimos entre partes relacionadas, em moeda estrangeira, que se qualifiquem como encargos financeiros das operações, são parte da formação do ativo em construção da Companhia.

## 2.11 Intangível

### (a) Softwares

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

### (b) Direitos minerários

Os direitos minerários são avaliados pelo valor de custo de aquisição e sujeitos a testes de recuperação (*impairment*). A amortização dos direitos minerários será calculada pelo período de vida útil estimado da mina com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas.

## 2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização ou depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudan-

ças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Em caso de ativos relacionados à exploração mineral, as estimativas utilizadas para a verificação de *impairment* são revisadas com base no Estudo de viabilidade econômica, denominado *Bankable Feasibility Study* (“BFS”), referente ao Projeto Pedra de Ferro, e que atende aos requerimentos de avaliação de *impairment* mencionados no CPC 01 / IAS 36.

Os fluxos de caixa contidos no BFS são baseados em:

- Estimativas de capacidade de produção da mina de minério de ferro do projeto;
- Níveis de produção futuros de minério de ferro;
- Estimativas futuras da cotação de preços do minério de ferro no mercado ativo; e
- Custos futuros de produção, gastos com investimentos na mina, gastos com restauração da área a ser explorada, e gastos com danos ambientais.

A administração avaliou possíveis perdas de valor recuperável dos seus ativos e não identificou efeitos nos exercícios apresentados.

## 2.13 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido

no período de até 12 meses após a data de emissão do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As obrigações a pagar são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

### 2.14 Empréstimos

Os empréstimos tomados com partes relacionadas são apresentados pelos valores em moeda estrangeira, convertidos para reais na data do balanço. Tais empréstimos foram reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, sendo que não ocorreram custos da transação na sua aquisição e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A despesa de juros sobre empréstimos é reconhecida no resultado através do método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos dos empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo.

A Companhia é parte em contratos de *Profit Participating Loans* ("PPL") com seu acionista

controlador e com as subsidiárias de seu acionista controlador. Os recursos recebidos sob os contratos de PPL representam empréstimos e contribuições ao capital. A diferença entre o valor dos empréstimos reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e o montante recebido sob os contratos de PPL é reconhecida como uma contribuição ao capital no patrimônio líquido.

### 2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados. E ainda assim, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor que foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento e não possui receitas ou rendas sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos podem ser calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A Companhia é beneficiada pelo regime de redução de 75% do imposto de renda, com início em 2022 e término em 2031, conforme laudo constitutivo de número 0122/2021, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos, serão reconhecidos somente na proporção em que o lucro tributável futuro seja provável e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A Companhia decidiu por não reconhecer os impostos diferidos ativos, tendo em vista encontrar-se em fase de desenvolvimento e por não apresentar histórico de lucros tributáveis.

## 2.17 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

## 2.18 Reconhecimento da receita

### *(a) Receita de venda de minério de ferro em fase de desenvolvimento*

A receita é reconhecida quando o controle do produto é transferido para o cliente.

Geralmente, algumas commodities entregues aos clientes são precificadas provisoriamente na data em que a receita é reconhecida. Os ajustes sobre receita são tratados de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” e não são tratados sob o CPC 47 / IFRS 15 “Receita de contrato com cliente”, portanto, as regras do CPC 47 / IFRS 15 sobre receita de contrato com cliente com contraprestação variável não se aplicam. Esses ajustes, portanto, representam receitas de outras fontes que não os contratos com clientes.

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

Todas as receitas de vendas da Companhia são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF. A Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes as receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF (nota 2.19). Para aplicação desta abordagem contábil, as receitas de vendas da Companhia são reconhecidas no resultado do exercício.



*(b) Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

**2.19 Custos dos produtos vendidos**

Os custos de produção de itens de estoque vendidos antes da Mina PdF estar pronta para o uso pretendido pela Administração da Companhia são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o CPC 16 / IAS 2. No entanto, como os custos relacionados ao uso do ativo Mina PdF não estão refletidos na produção dos estoques, e as receitas de vendas são decorrentes da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, a Companhia aplica uma abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes as receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto PdF, reconhecidas no resultado do exercício, como parte dos gastos (ou deduções dos gastos) decorrentes do desenvolvimento da infraestrutura do Projeto PdF.

**2.20 Despesas de distribuição**

Os gastos logísticos são todas as despesas relativas ao esforço de distribuição da Companhia para gerar a venda de produtos de minério de ferro, ou seja, incorrem quando os produtos de minério de ferro encontram-se nas condições físicas e químicas finais para venda ao cliente final. Por conta da representatividade das despesas de distribuição, a Companhia apresenta o reconhecimento das despesas de distribuição em classificação específica na sua demonstração de resultado.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro, estão descritas a seguir:

*(a) Continuidade operacional*

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera o suporte financeiro de seu acionista controlador para garantir que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos em

sua plenitude, em um período apropriado, é considerada julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

*(b) Taxa de juros sobre empréstimos*

As transações de empréstimos, necessárias para a liquidação das obrigações da Companhia, não prevê a incidência de juros. Com isso, o valor justo reconhecido pela Companhia busca refletir o custo de captação de recursos em um ambiente de livre concorrência, onde a taxa de desconto utilizada deve refletir as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos das transações.

*(c) Subconcessão da FIOLE*

A Bahia Ferrovias (“BAMIN Ferrovias”), companhia controlada pela BAMIN, está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16- “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

Os ativos decorrentes do contrato de subconcessão da malha ferroviária, estão sob a ótica do CPC 06 (R2) / IFRS 16, onde, a BAMIN Ferrovias reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor mensurado inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa

dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O contrato de subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para a VALEC (empresa pública, controlada pela União através do Ministério da Infraestrutura do Brasil), livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do contrato de subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da Subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a Subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Para esses julgamentos, a BAMIN considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas.

*(d) Perda (impairment) do intangível*

O intangível da Companhia de direitos mine-rários e contratos de servidão são revisados anualmente para verificar se há indicativos

de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado.

Os direitos minerários da Companhia correspondem aos processos de pesquisa e estudo mineral concedidos pela Agência Nacional de Mineração (“ANM”), compostos pelo custo histórico de pesquisa, consultorias técnicas e sondagens, cuja amortização será iniciada quando começar a produção mineral, e em prazo que corresponderá à vida útil estimada da reservada Mina PdF.

#### *(e) Receita de vendas precificada provisoriamente*

A Companhia reconhece a receita de vendas pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo a abordagem de precificação provisória embutida nesses contratos, de venda de produto, caracterizada como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado de forma contínua e as flutuações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado do exercício.

## **4. Gestão de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de moeda, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

#### *(a) Risco de moeda*

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação das taxas de câmbio. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não-derivativos a essa variável são apresentadas a seguir:

##### *(i) Seleção dos riscos*

A Companhia selecionou o risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos, que é a taxa de câmbio dólar-real.

Para efeito da análise de sensibilidade a riscos, a Companhia apresenta a exposição à moeda como se fosse independente, ou seja, sem refletir na exposição a uma taxa de câmbio, os riscos de variação de outras taxas de câmbio que poderiam ser indiretamente influenciadas por ela.

##### *(ii) Seleção dos cenários*

A Companhia considera três cenários na análise de sensibilidade. Além de uma variação considerada razoável, outros dois cenários que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Na elaboração dos cenários adversos, a Companhia considerou apenas o impacto das variáveis sobre os instrumentos financeiros. Não foi considerado o impacto global nas atividades da Companhia.

O cenário razoável, considerado, foi o publicado pela pesquisa FOCUS, divulgada pelo Banco Central em 03 de janeiro de 2022, sendo que para as variáveis de taxa de câmbio não incluídas pela pesquisa FOCUS, o cenário razoável considerado foi de mesma variação percentual do dólar-real. Foi considerada uma alta para a taxa de câmbio dólar-real de 25%

e de 50% para os cenários adicionais adversos, da cotação do dólar em relação ao real de fechamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de variações do valor dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

*(iii) Sensibilidade à taxa de câmbio dólar-real*

A sensibilidade de cada instrumento financeiro à variação da taxa de câmbio dólar-real, é apresentada na tabela abaixo:

	Valor justo em US\$	Taxa de câmbio em 31.12.2021	Cenário razoável	Cenário adverso I (25%)	Cenário adverso II (50%)
<b>Empréstimos com partes relacionadas (passivo)</b>	405.218	5,5805	2.261.321	2.826.651	3.391.982
<b>Impacto no resultado do período (despesa)</b>			Sem impacto	(565.330)	(1.130.661)

*(b) Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre substancialmente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito de partes relacionadas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

*(c) Risco de liquidez*

A administração monitora as previsões contínuas das necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades de suas atividades. Essa condição é obtida, essencialmente, pela obtenção de recursos financeiros de seu acionista controlador.

(d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

		Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Ativos	Categoria			
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	<b>16.319</b>	5.313	<b>273.288</b>
Contas a receber de clientes	Ao custo amortizado	<b>1.389</b>	2.385	<b>1.389</b>
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	<b>33.859</b>	22.884	<b>26.562</b>
		<b>51.567</b>	<b>30.582</b>	<b>301.239</b>
Passivos	Categoria			
Fornecedores	Ao custo amortizado	<b>62.474</b>	25.982	<b>67.440</b>
Empréstimos	Ao custo amortizado	<b>2.261.321</b>	1.792.442	<b>2.261.321</b>
		<b>2.323.795</b>	<b>1.818.424</b>	<b>2.328.761</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Recursos em caixa	23	22	24
Depósitos bancários	1.051	1.791	5.110
Aplicações financeiras de curto prazo	15.245	3.500	268.155
	<b>16.319</b>	<b>5.313</b>	<b>273.289</b>

As aplicações financeiras, de risco baixo de crédito, referem-se substancialmente às aplicações em Operações Compromissadas, Certificado de Depósito Bancário (CDB-DI), com liquidez diária (disponível para saques e transferências), com rentabilidade vinculadas aos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

## 6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Mercado interno	10.981	2.385	10.981
Mercado externo	4.314	-	4.314
<b>Contas a receber</b>	<b>15.295</b>	<b>2.385</b>	<b>15.295</b>

As reduções das contas a receber são decorrentes de contratos de vendas de produtos sujeitos a precificação provisória, conforme nota 2.18 (a) e nota 3 (e). Alguns contratos de vendas de produtos geram montantes a serem devolvidos aos clientes, por conta da curva de preço de minério desfavorável para a Companhia, entre a data de precificação provisória e precificação final da venda de produtos.

A Companhia não apresenta histórico de inadimplência com contas a receber de clientes ou indicativos de perdas. Desta forma, não reconhece perdas para contas a receber de clientes.

## 7. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
<b>Fornecedores</b>	<b>7.255</b>	263	<b>7.255</b>
<b>Empregados</b>	<b>226</b>	128	<b>226</b>
	<b>7.481</b>	<b>391</b>	<b>7.481</b>

## 8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Imposto sobre serviço (ISS) a compensar	<b>262</b>	1.151	<b>262</b>
IRRF sobre aplicações financeiras	<b>362</b>	38	<b>752</b>
ICMS a recuperar	<b>1.573</b>	104	<b>1.573</b>
PIS e COFINS não cumulativo	<b>6.048</b>	-	<b>6.048</b>
Outros impostos a recuperar	<b>5</b>	5	<b>5</b>
	<b>8.250</b>	<b>1.298</b>	<b>8.640</b>
(-) Circulante	<b>(241)</b>	(241)	<b>(241)</b>
Não circulante	<b>8.009</b>	<b>1.057</b>	<b>8.399</b>

## 9. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Minério bruto	<b>47.649</b>	19.569	<b>47.649</b>
Produto em processamento	<b>2.054</b>	-	<b>2.054</b>

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Produto processado	23.484	2.256	23.484
	<b>73.187</b>	<b>21.825</b>	<b>73.187</b>
(-) Circulante	(25.843)	(2.256)	(25.843)
<b>Não circulante</b>	<b>47.344</b>	<b>19.569</b>	<b>47.344</b>

## 10. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Seguros a apropriar	811	559	3.277
Depósitos recursais	295	302	295
Créditos com terceiros	273	160	273
Cauções contratuais	59	59	59
	<b>1.438</b>	<b>1.080</b>	<b>3.904</b>
(-) Circulante	(1.084)	(719)	(3.550)
<b>Não circulante</b>	<b>354</b>	<b>361</b>	<b>354</b>



## 11. Investimentos

As principais informações sobre a Bahia Ferrovias, empresa controlada pela BAMIN, estão apresentadas a seguir:

### (a) Participação em controlada

Investida	Atividade principal	Controle	Participação		Controladora	
			2021	2020	2021	2020
Bahia Ferrovias S.A.	Logística	Controlada	100%	-	279.259	-

Investida	Atividade principal	Controle	Participação	Consolidado
			2021	2021
Bahia Ferrovias S.A.	Logística	Controlada	100%	279.259

### (b) Posição financeira da controlada

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
Bahia Ferrovias S.A.	259.436	33.863	(14.041)	-	(299.287)	20.029

### (c) Movimentação dos investimentos em controlada

Controlada	Equivalência patrimonial				
	Saldo em dezembro 2020	Resultado do exercício	Resultado abrangente	Aquisição	Saldo em dezembro 2021
Bahia Ferrovias S.A.	-	(20.029)	-	299.287	279.259

## 12. Imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Ativos em construção (nota 2.10 (d))	Outros	Total
<b>Custo</b>						
Em 1º de janeiro de 2020	44.567	8.735	13.448	932.495	9.306	1.008.551
Adições	50	4.320	3085	88.961	384	96.800
Custo de empréstimos	-	-	-	122.537	-	122.537
Baixas	-	-	-	-	(2)	(2)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>44.617</b>	<b>13.055</b>	<b>16.533</b>	<b>1.143.993</b>	<b>9.688</b>	<b>1.227.886</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Em 1º de janeiro de 2020	-	(2.309)	(8.062)	-	(6.309)	(16.680)
Depreciação	-	(832)	(594)	-	(586)	(2.012)
Baixas	-	-	-	-	2	2
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>(3.141)</b>	<b>(8.656)</b>	<b>-</b>	<b>(6.893)</b>	<b>(18.690)</b>
<b>Saldo contábil em</b>						
<b>31 de dezembro de 2020</b>						
Custo total	44.617	13.055	16.533	1.143.993	9.688	1.227.886
Depreciação acumulada	-	(3.141)	(8.656)	-	(6.893)	(18.690)
	<b>44.617</b>	<b>9.914</b>	<b>7.877</b>	<b>1.143.993</b>	<b>2.795</b>	<b>1.209.196</b>

Controladora

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Ativos em construção (nota 2.10 (d))	Outros	Total
<b>Custo</b>						
Em 1º de janeiro de 2021	44.617	13.055	16.533	1.143.993	9.688	1.227.886
Adições	11.867	9.650	1.762	92.368	1.466	117.113
Custo de empréstimos	-	-	-	51.801	-	51.801
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>56.484</b>	<b>22.705</b>	<b>18.295</b>	<b>1.288.162</b>	<b>11.154</b>	<b>1.396.800</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
Em 1º de janeiro de 2021	-	(3.141)	(8.656)	-	(6.893)	(18.690)
Depreciação	-	(4.450)	(864)	-	(681)	(5.995)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>(7.591)</b>	<b>(9.520)</b>	<b>-</b>	<b>(7.574)</b>	<b>(24.685)</b>
<b>Saldo contábil em</b>						
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Custo total	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.154	1.413.194
Depreciação acumulada	-	(7.591)	(9.520)	-	(7.574)	(24.685)
	<b>56.484</b>	<b>15.114</b>	<b>8.775</b>	<b>1.288.162</b>	<b>3.580</b>	<b>1.372.115</b>
<b>Custo</b>						
Em 1º de janeiro de 2021	44.617	13.055	16.533	1.143.993	9.688	1.227.886
Adições	11.867	9.650	1.762	92.368	2.209	117.856

	Controladora					Total
	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Ativos em construção (nota 2.10 (d))	Outros	
Custo de empréstimos	-	-	-	51.801	-	51.801
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>56.484</b>	<b>22.705</b>	<b>18.295</b>	<b>1.288.162</b>	<b>11.897</b>	<b>1.397.543</b>
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	-	(3.141)	(8.656)	-	(6.893)	(18.690)
<b>Depreciação</b>	-	(4.450)	(864)	-	(681)	(5.995)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	<b>(7.591)</b>	<b>(9.520)</b>	-	<b>(7.574)</b>	<b>(24.685)</b>
<b>Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021</b>						
Custo total	56.484	22.705	18.295	1.288.162	11.897	1.397.543
<b>Depreciação acumulada</b>	-	<b>(7.591)</b>	<b>(9.520)</b>	-	<b>(7.574)</b>	<b>(24.685)</b>
	<b>56.484</b>	<b>15.114</b>	<b>8.775</b>	<b>1.288.162</b>	<b>4.323</b>	<b>1.372.858</b>

### 13. Intangível

	Controladora				Total
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	
<b>Custo</b>					
<b>Em 1º de janeiro de 2020</b>	4	11.430	7.808	5.319	24.561
Adições	1	-	589	153	743
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5</b>	<b>11.430</b>	<b>8.397</b>	<b>5.472</b>	<b>25.304</b>

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora				
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	Total
<b>Amortização acumulada</b>					
Em 1º de janeiro de 2020	-	-	(6.212)	-	(6.212)
Amortizações	-	-	(490)	(10)	(500)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.702)</b>	<b>(10)</b>	<b>(6.712)</b>
<b>Saldo contábil em 31 de dezembro de 2020</b>					
Custo total	5	11.430	8.397	5.472	25.304
<b>Amortização acumulada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.702)</b>	<b>(10)</b>	<b>(6.712)</b>
	<b>5</b>	<b>11.430</b>	<b>1.695</b>	<b>5.462</b>	<b>18.592</b>
<b>Custo</b>					
Em 1º de janeiro de 2021	5	11.430	8.397	5.472	25.304
Adições	-	-	884	81	965
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5</b>	<b>11.430</b>	<b>9.281</b>	<b>5.553</b>	<b>26.269</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Em 1º de janeiro de 2021	-	-	(6.702)	(10)	(6.712)
Amortizações	-	-	(554)	(21)	(575)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.256)</b>	<b>(31)</b>	<b>(7.287)</b>
<b>Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021</b>					
Custo total	5	11.430	9.281	5.553	26.269

	Controladora				
	Marcas corporativas	Direitos minerários	Softwares	Contratos de servidão	Total
Amortização acumulada	-	-	(7.256)	(31)	(7.287)
	<b>5</b>	<b>11.430</b>	<b>2.025</b>	<b>5.522</b>	<b>18.982</b>
<b>Custo</b>					
Em 1º de janeiro de 2021	5	11.430	8.397	5.472	25.304
Adições	-	-	884	81	965
Em 31 de dezembro de 2021	<b>5</b>	<b>11.430</b>	<b>9.281</b>	<b>5.553</b>	<b>26.269</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Em 1º de janeiro de 2021	-	-	(6.702)	(10)	(6.712)
Amortizações	-	-	(554)	(22)	(576)
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	<b>(7.256)</b>	<b>(32)</b>	<b>(7.288)</b>
<b>Saldo contábil</b>					
<b>31 de dezembro de 2021</b>					
Custo total	5	11.430	9.281	5.553	26.269
Amortização acumulada	-	-	(7.256)	(32)	(7.288)
	<b>5</b>	<b>11.430</b>	<b>2.025</b>	<b>5.521</b>	<b>18.981</b>

## 14. Direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	Outorga da subconcessão (i)	Total	Outorga da subconcessão (i)	Total
<b>Custo</b>				
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>				
Adições	-	-	32.730	32.730
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	-	-	<b>32.730</b>	<b>32.730</b>
<b>Saldo contábil em 31 de dezembro de 2021</b>				
Custo total	-	-	32.730	32.730
Amortização acumulada	-	-	-	-
	-	-	<b>32.730</b>	<b>32.730</b>

(i) O Contrato de Subconcessão da FIOLE, da controlada Bahia Ferrovias, é um contrato sob a luz do CPC 06 (R2) / IFRIC 16, onde a outorga da subconcessão representa o custo incremental de obtenção do arrendamento que não teria sido incorrido se o arrendamento não tivesse sido obtido. Desta maneira, a outorga da subconcessão representa um direito de uso da malha ferroviária. A Bahia Ferrovias tem cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, para início das operações. Assim, o prazo da amortização dos ativos de direito de uso amortização é de trinta anos, finalizando, com o fim do contrato, em 03 de setembro de 2055.

## 15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Serviços de operação e logística	<b>15.399</b>	8.826	<b>15.399</b>
<b>Construções, equipamentos e manutenções</b>	<b>19.838</b>	7.419	<b>19.838</b>
Terrenos a pagar	<b>5.000</b>	5.108	<b>5.000</b>

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Consultorias técnicas	17.395	2.550	18.702
<b>Outros</b>	<b>4.842</b>	2.079	<b>8.501</b>
	<b>62.474</b>	<b>25.982</b>	<b>67.440</b>

## 16. Obrigações fiscais e sociais

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Pessoal	14.326	7.935	15.456
Tributos trabalhistas	2.106	1.170	2.411
Tributos sobre faturamento	3.214	395	3.214
Tributos retidos sobre serviços	4.805	2.292	5.148
Outros	123	294	123
	<b>24.574</b>	<b>12.086</b>	<b>26.352</b>

## 17. Obrigações com clientes

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Vendas a preços provisórios	13.906	-	13.906
	<b>13.906</b>	-	<b>13.906</b>

Vendas de produtos com preço provisório praticado na emissão do faturamento, estão sujeitos a ajustes pela cotação da commodity, de minério de ferro, no período determinado no contrato de venda. No entanto, a Companhia entende que o preço de venda desses produtos pode ser mensurado de forma confiável a cada período, uma vez que o preço é cotado em um mercado ativo *commodities* de minério de ferro.



## 18. Compromisso socioambiental

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Compromisso socioambiental	<b>42.283</b>	38.610	<b>42.283</b>
(-) Pagamentos acumulados	<b>(16.884)</b>	(6.843)	<b>(16.884)</b>
	<b>25.399</b>	<b>31.767</b>	<b>25.399</b>
(-) Circulante	<b>(12.746)</b>	(17.135)	<b>(12.746)</b>
Não circulante	<b>12.653</b>	<b>14.632</b>	<b>12.653</b>

O Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual da Bahia, Estado da Bahia (por meio da Casa Civil e da Secretaria de Meio Ambiente (“SEMA”), Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“INEMA”), Município de Ilhéus, juntamente com a Companhia resolveram celebrar o Termo de Compromisso Socioambiental (“TCSA”).

O acordo visa a previsibilidade e o consenso entre as partes, em relação às compensações socioambientais a serem implementadas na região onde serão construídas as futuras instalações do Porto Sul, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, a integridade ambiental, e a manutenção das funções ecológicas e dos serviços ecossistêmicos, por meio de ações integradas destinadas a prevenir, em escala de paisagem, danos ambientais evitáveis e mitigar impactos não evitáveis.

## 19. Partes relacionadas

### (a) Transações e saldos

Os saldos com partes relacionadas possuem as seguintes composições:

	Controladora			Consolidado
	2021	2021	2020	2021
	Controlada	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas
<b>Ativo circulante</b>				
<i>Cost Sharing Agreement</i>	7.297	<b>4.895</b>	-	<b>4.895</b>

	2021	Controladora		Consolidado
	2021	2021	2020	2021
	Controlada	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas
<b>Ativo não circulante</b>				
Contratos de mútuo	-	21.667	22.884	21.667
<b>Passivo não circulante</b>				
Empréstimos	-	2.261.321	1.792.442	2.261.321
<b>Passivo a descoberto</b>				
Contribuição ao capital	-	1.020.817	834.315	1.020.817
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	-	159.854	147.672	159.854
Despesas financeiras	-	(273.079)	(410.793)	(273.079)
	-	(113.225)	(263.121)	(113.225)

A Companhia possui contrato de rateio de gastos administrativos (*cost sharing*) com as companhias Bahia Ferrovias S.A., Mineração Minas Bahia S.A. e Pedra Cinza Mineração Ltda. Os contratos de *cost sharing* possuem correção dos montantes rateados através do índice de inflação até a data de pagamento.

Os contratos de mútuo, entre a BAMIN e as companhias Mineração Minas Bahia S.A. e Pedra Cinza Mineração Ltda, assim como os contratos de empréstimos sob o formato de *Profit Participating Loans*

(nota 2.14), entre as companhias Bahia Minerals, ERG e ERG Brazil, tiveram uma taxa de desconto de 9,25% (2020, 8,25%). Os custos de empréstimos sob o formato PPL foram de R\$ 165.653 (2020, R\$ 143.860), sendo capitalizados R\$ 51.801 (2020, R\$ 122.537) para o ativo em construção, uma vez que parte significativa dos empréstimos sob o formato PPL tem como objetivo o desenvolvimento da infraestrutura da Mina PdF e do Porto Sul da Companhia. Os empréstimos sob o formato PPL tem estimativa de pagamento para o ano 2026, início da produção da Companhia em capacidade plena.

*(b) Transações e movimentações*

Os saldos com as partes relacionadas possuem a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
<b>Saldo inicial em 1º de janeiro</b>	<b>1.769.557</b>	1.316.821	<b>1.769.557</b>
Captação de recursos	<b>488.148</b>	103.677	<b>488.148</b>
Liberção de recursos	<b>(8.768)</b>	(5.927)	<b>(8.768)</b>
Juros e variação cambial, líquidos	<b>323.420</b>	533.156	<b>323.420</b>
Contribuição ao capital	<b>(186.502)</b>	(30.671)	<b>(186.502)</b>
Ganho com empréstimos (nota 28)	<b>(158.393)</b>	(147.499)	<b>(158.393)</b>
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>2.227.462</b>	<b>1.769.557</b>	<b>2.227.462</b>

*(c) Remuneração do pessoal-chave da administração*

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados, substancialmente salários e encargos, em 2021 foi de R\$ 7.598 (2020 - R\$ 10.608).

## 20. Recuperação ambiental

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Recuperação ambiental	<b>78.106</b>	19.196	<b>78.106</b>
	<b>78.106</b>	<b>19.196</b>	<b>78.106</b>

A BAMIN reconhece uma provisão referente à expectativa de recuperação ambiental e desmonte das estruturas presentes até a data, como parte das obrigações esperadas no plano de recuperação de áreas degradadas, principalmente, decorrentes da implantação dos empreendimentos da Companhia. O valor provisionado foi mensurado com base em valores de mercado para contratação de mão de obra especializada, locação de máquinas e equipamentos, remoção de pilhas, desmonte de máquinas, edificações, recuperação e reflorestamento das áreas impactadas.

## 21. Provisões para contingências

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Trabalhistas (i)	<b>6.264</b>	14.374	<b>6.264</b>
Tributária (ii)	<b>3.190</b>	3.108	<b>3.190</b>
Cível	<b>24</b>	247	<b>24</b>
	<b>9.478</b>	<b>17.729</b>	<b>9.478</b>

(i) A Companhia possui alguns consultores com dedicação exclusiva, que recebem seus salários por meio de pessoas jurídicas. Baseada na análise conjunta com seus assessores jurídicos, a Companhia decidiu reconhecer provisão para contingências visando cobrir eventuais prováveis perdas com processos judiciais, caso tais consultores fossem contratados como empregados da Companhia. Também foram reconhecidas provisões referentes a litígios trabalhistas classificados com probabilidade de perda provável.

(ii) A Companhia possui provisão tributária referente a verbas trabalhistas e recolhimento de contribuições previdenciárias não calculadas durante o período de 2009 a 2011. A exigibilidade da cobrança encontra-se suspensa em face à discussão dos nossos assessores jurídicos com as autoridades competentes quanto à constituição dos autos do processo e incidência dos tributos questionados.

RISCOS DE PERDAS CONSIDERADOS POSSÍVEIS E, PORTANTO,  
NÃO PROVISIONADOS

Em 2021, foram identificados passivos contingentes provenientes de ações trabalhistas no montante de R\$ 1.269 (2020 – R\$ 0). No entanto, as ações cíveis representavam um passivo contingente de R\$ 2.309 (2020 - R\$ 720). Estes litígios encontram-se em discussão e estão sendo acompanhados pelos nossos assessores jurídicos, que consideram sua perda como possível. Desta maneira, esses valores não estão provisionados. Não há causa relevante classificada como possível, todas são bem pulverizadas.

Conforme informações dos assessores jurídicos, não existem outras demandas judiciais contra a Companhia que possam impactar suas demonstrações contábeis e que venham requerer constituição de provisão além daquelas já registradas.

De acordo com a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos. Conseqüentemente, contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas neste momento.

## **22. Passivo a descoberto**

### *(a) Capital social*

O capital social autorizado está representado por 11.594.969 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e nove) ações, no valor de R\$ 1,00 real cada, cujo valor integralizado corresponde a R\$ 10.955 e restando o valor de R\$ 640 a integralizar. As ações estão distribuídas em 11.594.968 (onze milhões, quinhentas e noventa e quatro mil e novecentas e sessenta e oito) ações detidas pela companhia Bahia Minerals N.V. e 1 (uma) ação detida pela companhia Mineração Minas Bahia S.A.

### *(b) Contribuição ao capital*

As contribuições ao capital estão representadas pelo montante acumulado de R\$ 1.020.817 (2020 – R\$ 834.315), sendo reconhecido em 2021 R\$ 186.502 (2020 – R\$ 30.671).

## 23. Receitas

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
<b>Receita bruta</b>	<b>489.535</b>	18.389	<b>489.535</b>
(-) deduções da receita bruta			
Abatimentos e variação de preço	(77.133)	-	(77.133)
ICMS	(21.971)	(2.207)	(21.971)
CFEM	(15.902)	(507)	(15.902)
COFINS	(12.245)	(1.397)	(12.245)
PIS	(2.658)	(303)	(2.658)
<b>Receita líquida</b>	<b>359.626</b>	<b>13.975</b>	<b>359.626</b>

Em 2021, a Companhia iniciou a fase de desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro com uma produção de até 1 milhão de toneladas de minério por ano, tendo como objetivo a evolução da escala do processo produtivo até a capacidade plena da Mina PdF, assim como, a apresentação do produto da Companhia para um mercado ativo de *commodities* de minério de ferro. O avanço no aumento da capacidade produtiva da Companhia, mesmo que em fase de desenvolvimento do Projeto Pedra de Ferro, tem como consequência o aumento de produtos vendidos e da receita da Companhia.

Os abatimentos e variações de preço são decorrentes da receita reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber, sendo o mecanismo de precificação provisória embutido nesses contratos caracterizado como um derivativo. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

## 24. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Pessoal, serviços e materiais	20.225	2.377	20.225
Custos inicialmente capitalizados	97.046	10.104	97.046
	<b>117.271</b>	<b>12.481</b>	<b>117.271</b>

A margem líquida, conforme abordagem contábil de reconhecimento de custos e gastos logísticos, equivalentes as receitas de vendas da fase de desenvolvimento do Projeto Pdf, é obtida da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Receita líquida de vendas	359.626	13.975	359.626
Custo com pessoal, serviços e materiais	(20.225)	(2.377)	(20.225)
Despesas com distribuição	(242.355)	(1.494)	(242.355)
Custos inicialmente capitalizados	(97.046)	(10.104)	(97.046)
<b>Margem líquida</b>	-	-	-

## 25. Despesas com distribuição

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Fretes	142.422	925	37.613
Serviços	79.506	569	36.175
Manutenção (serviços e materiais)	9.640	-	9.640
Tributos	3.636	-	3.636
Outros serviços e materiais	7.151	-	7.151
	242.355	1.494	242.355

## 26. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Serviços	52.276	2.956	59.953
Pessoal	25.064	10.555	34.782
Arrendamentos de curto prazo	4.000	285	7.269
Depreciação e amortização	3.444	824	3.444

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Tributos	3.015	489	3.040
Viagens e estadias	2.984	640	3.004
Materiais	1.480	60	1.811
Seguros	910	251	2.143
Outros	5.846	337	9.801
	<b>99.019</b>	<b>16.397</b>	<b>125.247</b>

## 27. Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Reversões para contingências jurídicas	9.673	6.210	9.673
Provisões para contingências jurídicas	(1.422)	(1.477)	(1.422)
Outros	(255)	(248)	(256)
	<b>7.996</b>	<b>4.485</b>	<b>7.995</b>

## 28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
<b>Receitas financeiras</b>			
Ganhos com empréstimos (i)	158.393	147.499	158.393
Outras receitas financeiras	10.006	2.061	16.215
	<b>168.399</b>	<b>149.560</b>	<b>174.608</b>



	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
<b>Despesas financeiras</b>			
Juros sobre empréstimos	<b>(113.974)</b>	(22.512)	<b>(113.974)</b>
Variação cambial passiva sobre empréstimos	<b>(159.972)</b>	(389.569)	<b>(159.972)</b>
Outras despesas financeiras	<b>(2.868)</b>	(422)	<b>(2.877)</b>
	<b>(276.814)</b>	<b>(412.503)</b>	<b>(276.823)</b>
	<b>(108.415)</b>	<b>(262.943)</b>	<b>(102.215)</b>

(i) Ganhos com empréstimos são resultado de revisão do prazo estimado para o futuro pagamento dos empréstimos.

# Composição da diretoria e gerência financeira

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

## Diretoria

Eduardo Ledsham  
**Diretor Presidente**

Alexandre Aigner  
**Diretor**

Alberto Vieira  
**Diretor**

## Gerência Financeira

Igor Berbert  
**Gerente Geral  
Financeiro**

Rilson Cruz  
**Contador**  
CRC BA 036891/O-5



[www.bamin.com.br](http://www.bamin.com.br)